



# Anais da Assembléia

N.º 155

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1.977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 239.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1.977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Adalberto Daros e Gabriel Sampaio.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thoamzoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei no. 118/77, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1977

(a) Augusto Carneiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, com base na Constituição do Estado do Paraná, e na forma regimental, requerem fundamentados nos documentos anexos, a Constituição de "Comissão Parlamentar de Inquérito", integrada por sete (7) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, apurar as denúncias constantes da citada documentação.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1.977.

(a) Adalberto Daros.

Apoiamento: Valter Pietrângelo, Trajano Bastos, Lineu Turra, Ernesto Dal'Oglio, Maurício Fruet, Antônio Facci, Waldenício Barbalho, Osvaldo Macedo, Edilson Alencar, Domício Scaramella, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Muggiati Filho,

Nilso Sguarezi, Jayme Rodrigues Carvalho, Lúcio Machado e Enéas Faria.

"Senhor Deputado.

Pelo presente passamos a relatar os seguintes fatos ocorridos no Instituto de Previdência do Estado:—

#### 1) INQUÉRITO ADMINISTRATIVO MODIFICADO

Em meados de fevereiro do corrente, foi instalada uma comissão de inquérito, sendo indicados um motorista do Departamento Médico e uma enfermeira. Para apurar os fatos mandou o Superintendente em exercício na ocasião, pois o titular encontrava-se em Buenos Aires-Argentina, abrir inquérito administrativo, o qual foi presidido pelo Dr. Rachid Nasser, advogado do IPE, que o conduziu com muita seriedade. Pelos depoimentos prestados pelos funcionários na ocasião, tornou-se pública a notícia que o tal inquérito comprometia muito seriamente o Superintendente. Esse ao voltar de sua viagem mandou que fossem amenizados os termos do inquérito uma vez que comprometia seriamente a administração do IPE, pois a máquina datilográfica utilizada, fora uma IBM, a qual possui dispositivos para tal operação. Desta maneira, ao invés de serem os dois funcionários envolvidos, postos na rua, nada lhes aconteceu, sendo a enfermeira acobertada e protegida com transferência para outra Secretaria e o motorista continua no Departamento Médico do IPE.

#### 2) IMPRESSOS PARA CAMPANHA POLÍTICA.

Para fazer sua campanha política o Superintendente mandou funcionários **Mimiografarem**, usando papel do IPE, 5.000 cópias do impresso cujo modelo está em anexo para distribuir no IPE, quando o funcionário tem que pagar para tirar uma fotocópia de documentos a quantia de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) em caso de necessidade.

#### 3) OFERTA DE EMPRÉSTIMOS DIRIGIDA

O Superintendente enviou a advogados da Procuradoria do Estado, Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juizes do Tribunal de Contas, Médicos do IPE, Promotores, Desembargadores aposentados, uma carta nos seguintes termos:—

"Sirvo-me do presente para, com satisfação, comunicar a V. Exa., que até o dia 15 de maio do ano em curso, está aberto neste Instituto o Empréstimo Simples, o qual tenho a honra de colocar em caráter pessoal, à sua inteira disposição."

Na hora de entregar os cheques do empréstimo, era o próprio Superintendente que aguardava em seu gabinete o beneficiado para comunicar a sua candidatura a deputado. Onde se encaixa a Lei Eleitoral nesse caso?

#### 4) PASSAGENS AEREAS

No ano de 1976 foram empenhadas passagens em nome de pessoas que nunca saíram de Curitiba e se saíram foi para tratar de assuntos particulares. As passagens são compradas sempre na Aeromar Turismo. As passagens na hora do embarque são trocadas de nome e destino, para pessoas que melhor satisfaçam o Superintendente e seu companheiro permanente Dr. Álvaro de Souza, Diretor do Departamento Médico. (comprovantes anexos).

#### 5) INTERNAMENTO

Foi feito internamento em hospital desta Capital, a funcionária do IPE com cobertura do Superintendente e do Diretor Médico do IPE, constando o mesmo como médico cirúrgico, quando na verdade o médico e Diretor do Departamento Médico do IPE é Pediatra.— (comprovantes anexos) (G.I.H. 1754/77).

#### 6) REEMBOLSO HOSPITALAR DEFERIDO.

Em fins de dezembro de 1974, o Superintendente do IPE marcou com um médico de São Paulo uma cirurgia e para lá se dirigiu com a finalidade de ser operado, sem nenhuma autorização antecipada do IPE, conforme rezava o regulamento médico do Instituto.

A sua despesa Médico-Hospitalar, de conformidade com a declaração assinada pelo médico que assistiu o paciente foi de Cr\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos cruzeiros). Sem o menor constrangimento, o Superintendente solicitou ao Conselho de Administração do IPE o reembolso dessas despesas, o qual sem dúvida alguma aprovou pedido de reembolso. (Processo anexo)

#### 7) REEMBOLSO HOSPITALAR INDEFERIDO

O mais triste foi o que aconteceu com a servidora da Secretaria da Fazenda, Da. Ester de Abreu, a qual tendo sido submetida a uma dolorosa intervenção cirúrgica, teve a sua perna amputada, e, sem recursos para pagar as despesas de todas as justificativas apresentadas, inclusive atestado médico comprovando urgência (Prova anexa).

O problema da perda do direito ao reembolso, desde que não comunicado e internamento de urgência em 72 horas, tornou-se tão gritante, que o próprio IPE, através do seu Conselho de Administração eliminou tal exigência, conforme resolução número 133/75. Assim o direito ao reembolso hospitalar das despesas efetuadas passou a ser condicionado tão só e, exclusivamente, à urgência ou emergência do internamento, deixando de existir o prazo de 72 horas.

A resolução 133/75 diz o seguinte:

Nos casos de internação hospitalar, ocorridos por força de urgência ou emergências, poderá o atendido requerer o reembolso hospitalar das despesas efetuadas, mesmo sem a retirada da guia respectiva dentro do prazo de 72 horas, nos locais onde a autarquia mantém agência, comprovada a emergência pelo Serviço de Revisão de Reembolso.

#### 8) PERMUTAS DE CHEFIAS EM ÉPOCA DE ELEIÇÃO.

O Superintendente deu apoio a um candidato, e para conseguir que funcionários votassem em seu candidato, usou e abusou de todos os meios, ameaçando, coagindo, não respeitando o direito que todo cidadão tem de escolher quem lhe aprou ver. Antes e depois das eleições usou de todos os cargos de chefia, inclusive de diretoria de departamentos, nomeando para responder por prazos, muitas vezes, inferiores a 15 dias, funcionários semi-analfabetos, cantineiras, telefonistas, que jamais teriam condições de assumir a responsabilidade pelo que assinavam. Verificar as Portarias de nomeação de agosto de 1976 a janeiro de 1977 e ver a autenticidade da denúncia.

#### 9) BOLSAS DE ESTUDOS

As bolsas de estudo para a Escola Maternal Nice Braga, devem destinar-se a filhos de funcionários, mas têm sido negadas àqueles que mais têm necessidade, porém existem vários casos que a mando do Superintendente e que gozam da sua amizade foram contempladas apesar de não serem pessoas necessitadas, existindo inclusive uma pessoa favorecida que nem funcionária pública é.

Esperando contar com seu apoio para mostrar as "verdades do Instituto de Previdência do Estado, atenciosamente subscrevo-me

Arminda Rosita Bressan."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Existe uma história muito velha sobre o marido chinês que toda semana dava uma surra em sua mulher embora fosse senhora de recato e muitas prendas.

Um dia, o amigo perguntou:

— Chinês, por quê você bate na sua mulher?

— Eu não sei porque bato. Mas ela deve saber porque apanha...

Da historinha, de duas, uma se deduz:

Ou nem tão prendada e recatada era a senhora esposa, e realmente assumia as razões para o castigo.

Ou tal senhora, embora motivos não houvesse, absorvia como parte da rotina matrimonial o insólito e truculento tratamento semanal, entendendo talvez melhor preservar a instituição do casamento com omissão de queixas, que se rebelar contra a injustiça e trair a decantada submissão da mulher oriental.

Lembramos dessa historinha, na oportunidade de abordar um assunto que tem estado muito presente nessa tribuna, e sobre o qual ainda não emitimos opinião.

Ouvimos aqui vários pronunciamentos sobre o Programa Rodoviário do Paraná, ora em execução através da Secretaria de Transportes.

Presenciamos várias críticas, partidas da bancada da Oposição, algumas defesas de nobres colegas da ARENA, parecendo-nos, depois desta nossa omissão meditada, que não se chegou a definir com clareza, para a opinião pública, o que realmente ocorre.

O Paraná é um Estado que em cinco anos dobrou sua produção agrícola, triplicou suas exportações. É um Estado, portanto, onde a economia sofre um processo expansionista veloz.

Enquanto a produção cresceu 100 por cento num quinquênio, de 1970 a 1975, em igual período a rede de rodovias pavimentadas havia sido ampliada em apenas 28 por cento.

O desafio à administração, portanto, era dotar o Estado, no mais curto prazo, de uma rede de rodovias alimentadoras, enquanto consolidava os eixos viários básicos.

Isto sob pena do esforço do lavrador ficar barrado na porteira do sítio, ou apodrecendo nos atoladouros que durante as safras de alguns anos atrás, fizeram-nos perder recursos importantes e desestimularam os agricultores das áreas menos servidas de rodovias pavimentadas.

Perante tal desafio, o Governo do Estado desencadeou o maior programa rodoviário jamais visto no Paraná, permitindo a afirmação de que, durante o período de administração do Senhor Jayme Canet Junior, o Paraná será o Estado Brasileiro que maior volume de estradas pavimentadas terá construído com recursos próprios.

Nestes primeiros dois anos de administração, o Paraná dobrou a extensão da rede estadual de rodovias pavimentadas.

Eram 1.160 quilômetros em 1.975.

Hoje são 2.364 quilômetros.

Em março de 1.979 terão sido pavimentados mais 3.306 quilômetros. Será um total de 4.510 quilômetros, mais de mil quilômetros por ano, quatro vezes o que antes existia.

É um enriquecimento rodoviário que beneficia toda a Nação Brasileira, barateando produtos agrícolas e pagando importações necessárias.

Mas se critica.

Ouvimos, mais de uma vez a palavra "casca de ovo" para definir a qualidade do asfalto que está sendo implantado em vários desses trechos, na tentativa de depreciação de um trabalho que realça pelo mérito.

Ora, se o desafio é da velocidade da defasagem existente entre o crescimento da produção e o da rede de transportes, é evidente: que se optou pelo bom já, deixando o excelente para depois.

O asfalto que está sendo implantado tem tal prioridade e urgência que se admite o retorno do investimento, ao Estado, em perto de dois anos e meio de operação da rodovia. Ao mesmo tempo, a duração prevista, antes da necessidade de reparos maiores ou que a própria economia exija caminhos de melhor

embasamento é de cinco anos. O Estado terá, portanto, estradas já custeadas por sua própria existência operando mais dois anos e meio, gerando sozinhas recursos para seu próprio aperfeiçoamento.

Este é o aspecto que não tínhamos ainda visto bem esclarecido . . . Se tivesse apenas realizado obras de expressão técnica mais apurada seria o Estado inculcado de realizar baixo volume de obras, com prazo de execução longo e beneficiando apenas poucas regiões. Como optou pela solução ditada pela lógica, de traçar em ritmo de emergência uma estreita malha viária, beneficiando todas as regiões, também está sendo criticado.

Foi esse paradoxo que me levou a lembrar a historinha do marido chinês.

Bate, não sabe porque. E, no caso, bate sem motivo o MDB, em agressão despropositada porque as populações beneficiadas pelas rodovias estão aplaudindo e festejando o benefício.

E assim será até 1.979, quando apenas 30 municípios paranaenses ainda não estarão alcançados pelo asfalto rodoviário.

Talvez seja exatamente a repercussão popular que tem preocupado o partido da oposição, levando-o a tentar desmerecer o feito, querendo transformar méritos em culpas.

Incomoda ao MDB quando o governo acerta, como já ocorreu no caso da interiorização e por certo há de outras vezes acontecer.

Entendemos, porém, que a administração não deve ficar calada, sob pena de suspeição de não ser tão recatada ou prendada, tal qual a mulher do chinês.

Como a ilustre senhora, deve sim, preservar uma instituição, a democrática, reconhecendo no MDB o direito de crítica, que no caso até a enaltece, porque, sendo despropositada, essa crítica significa o desespero de adversário batido. As verdades, porém, devem ser exatamente dimensionadas para conhecimento público.

O MDB critica sem base um trabalho que beneficia toda a Nação Brasileira. E critica como ciumento de sua popularidade, que se esvai ante o palpável e dinâmico programa rodoviário que se desenvolve no Paraná.

Como não se pode creditar, procura desacreditar.

Não vemos nessa atuação a melhor forma de exercer o sadio papel da oposição, quando se trata, exatamente, de construirmos juntos, políticos em campos adversários, mas brasileiros unidos por ideais comuns, um melhor futuro para o Estado.

Apelamos ao MDB para que abandone os métodos chineses e venha somar conosco, na política cabocla, onde construir ainda é a melhor forma de crescer."

Sr. Presidente, para encerrar, depreendi da leitura do expediente de hoje, que um terço dos Srs. Deputados que compõem a Casa, assinaram um pedido de instalação de CPI para apurar irregularidades que teriam ocorrido no Instituto de Previdência do Estado.

Se entrar no mérito da Proposição, porque ela naturalmente será exaustivamente debatida, "a posteriori" nesta Casa, eu quero dizer que se afigura uma magnífica oportunidade para que um homem honesto, decente, com uma larga folha de serviços prestados à causa pública, não só do Estado, mas especialmente da Capital, quando convivi com o Dr. José Maria de Azevedo na Câmara Municipal de Curitiba, como Vereadores que éramos do povo curitibano naquela Casa de Leis, esta CPI vai dar a oportunidade daquele ilustre homem público demonstrar.

**O Sr. Presidente faz soar os tímpanos** ... o zelo, a honestidade com que tem se atido à direção dos negócios do IPE.

Lamentável que isto tenha ocorrido, porque "a honra de um homem é como um balde de água", joga-se um balde

de água no chão, pode-se imediatamente enxugar o chão com um pano, e o que acontece é que só se recolhe metade da água derrubada.

Os que quiseram atingi-lo na sua honra devem estar satisfeitos. Porque a honra de um homem tem um preço muito elevado, e uma CPI sempre deixa um rescaldo na opinião pública.

Então, é lamentável que uma denúncia de uma funcionária, uma funcionária cuja estória também será contada nesta CPI, tivesse sido motivo de uma CPI, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, contra um homem público honesto, trabalhador, digno e capaz.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses a Casa votava uma matéria, ou mais especificamente, um projeto, de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, que objetivava um reaparelhamento do Quadro de Pessoal do Funcionalismo Público, com referência aos advogados do Estado.

A ilustre bancada da ARENA votou contra a matéria, sob a alegação, através do seu Líder, de que, imediatamente o Governo mandaria um projeto e este seria então, constitucional, para que os advogados do Estado tivessem o devido tratamento legal e tivessem, enfim, o necessário reajuste dos seus salários.

Faz alguns meses que o fato ocorreu.

Volto à tribuna, para lembrar o fato e cobrar também, da bancada Situacionista, o cumprimento da promessa, porque, não é possível que, estribados no simples fato de ser a maioria, possa, o Governo, ir protelando uma reivindicação das mais justas e das mais necessárias. E aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para lembrar também ao Executivo, da necessidade que tem, de acompanhar as demais unidades administrativas do Estado do Paraná, ou seja, os municípios, que vêm concedendo aumento salarial ao funcionalismo público.

Ainda ontem tomava conhecimento, Curitiba, de que a Prefeitura Municipal de Curitiba enviava Mensagem de reajuste ao funcionalismo público municipal.

Ora, todos sabem que o Município, hoje, vive maiores dificuldades do que o Estado, do que a Federação. Então, me parece, está havendo uma desigualdade de tratamento. Se o Município, que tem maiores dificuldades de ordem financeira consegue dar o devido reajuste salarial, porque o Estado não o faz?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que o Governo tenha esta sensibilidade de não deixar passar e escoar-se este prazo constitucional que a Assembléia tem, para apreciar o aumento do funcionalismo, aumento tão necessário, que, o ilustre Sr. Governador do Estado, há questão de dois ou três meses, até de maneira sigilosa, de maneira secreta, o concedeu, aos seus funcionários mais íntimos, aos seus funcionários mais ligados. Parece-me, seria, àquela época, a oportunidade própria, adequada para que tivesse sido estendida aquela medida, às claras, a todo o funcionalismo público, porque não há razão de persistir a demora. Se o Governo reconheceu que os Secretários de Estado, que ganham mais, que têm um nível de vida mais elevado; que têm condições, fora da sua função específica ao Estado, porque são todos empresários, homens de posse, que têm um péssimo salário, que dirá do simples barnabé, do simples funcionário que vive, nessa altura dos acontecimentos, praticamente, mendigando o pequeno salário, totalmente inflacionado pelo custo de vida elevado que todos sabemos ter ocorrido. E, conforme o próprio Ministro da Fazenda, deverá atingir, praticamente, a casa dos 40 por cento.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo, sem outras críticas,

fica, para que o Sr. Governador do Estado, interceda em favor do funcionalismo, mandando a Mensagem à Assembléia Legislativa, uma vez que não adianta partir iniciativa daqui, da Casa, pois a Constituição não permite e, a própria bancada da ARENA tem, sistematicamente, interpretado à risca esta determinação constitucional o que, lamentavelmente, faz com que o Governo se, como ainda muito bem falou o Presidente da Casa na data de ontem, fique com o livre arbítrio e a total liberalidade que, quando julgar conveniente, efetuar os atos que o Executivo, pela força que hoje dispõe, pela vontade plena e total que hoje dispõe, que no momento em que julgar conveniente, enviar à Assembléia Legislativa do Estado, para a devida apreciação.

Portanto, Sr. Presidente, o meu apelo para que o Sr. Governador do Estado não deixe escoarem-se os últimos dias que a Assembléia tem, em funcionamento, e envie a Mensagem dando o necessário reajuste ao funcionalismo do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parece-me que estamos vivendo o fim dos tempos. A cada dia que passa, se verifica que o próprio Governo se descambou para um monologuismo que causa, até, riso ao povo brasileiro. Riso, é claro, com vontade de chorar e, até, chorando.

De quinze em quinze minutos, em todos os canais de televisão deste País, se vê a campanha, a famosa campanha da pechincha; e o Governo através dos articuladores desses monólogos, manda que a dona de casa não compre tomate e compre pepino.

A coisa chegou a um fato de expressão das mais sem nexos e o pior é a consequência desses fatos. A minha região, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem a sua riqueza econômica firmada na agricultura e, muito especialmente, no feijão e no milho; uma região composta de 22 Municípios, de alta produtividade econômica neste setor de cultura temporária. O plantador de feijão, este ano, comprou e, diga-se de passagem, das multinacionais, das unidades estrangeiras operantes neste País, que enriquecem, da noite para o dia, com a miséria consequente do povo brasileiro. Semente de feijão para a última safra, à razão de Cr\$ 22,00 o quilo e estão vendendo a Cr\$ 160,00 um saco de 60 quilos. Fato este acontecido com o milho da última safra, que o lavrador comprou à razão de Cr\$ 450,00 o saco de semente de milho, com 40 quilos, e vendeu a colheita a Cr\$ 45,00 o saco de 60 quilos.

Quando faio desta tribuna, sobre o êxodo rural que todos os órgãos vêm neste país e principalmente os órgãos mais responsáveis pelo futuro desta Nação, às vezes sou chamado de demagogo. Mas, infeliz são aqueles responsáveis por uma Nação continental como esta, que não se rebela e não se levanta para a salvação do campo, porque o campo está sendo destruído. E com a destruição da economia do campo, consequentemente serão destruídas as grandes cidades. Está aí a miséria assolando Curitiba.

Verifica-se que o cidadão operário, não tem condições de se vestir; verifica-se que o plantador, o homem que semeia a semente na terra para a produtividade da alimentação para 120 milhões de brasileiros, está abandonando a terra; verifica-se que o Governo ao invés de procurar a solução do problema dando incentivo para o crescimento da produção, vai à televisão mandando que não se compre tomate para que o tomate apodreça. E simplesmente uma taça apocalíptica que está sendo jogada neste lugar do globo terrestre, neste país, neste Brasil.

É evidente, Sr. Presidente, que o mal só é visto como mal quando aqueles que estão no Poder e sentem-se bem no Poder, mantêm-se nele. Mas é muito triste imaginar que será

o amanhã deste país, vivendo o sofisma que vi, vivendo a estagnação econômica que tem vivido nestes 13 anos. O Parlamento não é mais a representação popular. A palavra dos homens que representam o povo, desde as Câmaras Municipais até o Congresso Nacional, não tem eco e muito menos importância.

O Governo é o supremo todo-poderoso e se deu ao trabalho de caçar bruxas nestes 14 anos, esquecendo que este país é uma pátria de Deus e precisa ser cuidada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência determinou a distribuição aos Srs. Deputados, do avulso da emenda à Constituição apresentada pelos Srs. Deputados Fideicino Tolentino e Valter Pietrângelo, com base no que estatui a Resolução 2/71, abre-se o prazo de três dias para apresentação de emendas, prazo que passará a contar a partir de segunda-feira; após o que, as Lideranças de ambas as bancadas com representação nesta Casa, indicarão os cinco membros que constituirão a Comissão encarregada para no prazo de 20 dias emitirem parecer.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que na sessão de ontem, anunciou para a próxima terça-feira, a inclusão na Ordem do Dia em turno de 3a. Discussão e votação, o Projeto de Lei no. 132 — Mensagem Governamental que encaminha Proposta Orçamentária para o Exercício de 1.978.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição no. 391/77, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, dando redação que especifica ao parágrafo 3o. do Artigo 105, Capítulo VI, da referido Constituição.

#### COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Redação Final da Proposição no. 391/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1o. — O artigo 1o. da Proposta de Emenda à Constituição Estadual no. 391/77, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o artigo 2o.:

"Art. 1o. — O parágrafo 3o., do artigo 105, Capítulo VI da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

§ 3o. — Ressalvado o disposto na legislação federal, são condições de elegibilidade aos órgãos municipais:

I — ser brasileiro;

II — estar no exercício dos direitos políticos."

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1.977.

(a) Gabriel Sampaio, Presidente e Relator.

Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente. Apenas para inquirir da Mesa, se na Redação Final ficou constando o Artigo 105 ou 106, porque o correto é 106.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência esclarece: Está com a Redação assim posta:

Art. 1o. (

"O Artigo 1o. da Proposta da Emenda à Constituição Estadual..."

(termina de ler o Artigo 1o.)

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.— **Aprovado, por maioria absoluta.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 85/77, que declara de utilidade pública a CRECHE MADRE CLÉLIA MERLONI, com sede e foro na cidade de Guarapuava. (Anexo o Projeto de Lei no. 96/77, que versa sobre a mesma matéria).— **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Lei número 85/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE MADRE CLÉLIA MERLONI, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 93/77, Mensagem no. 77/77, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para instituir, observada a Legislação pertinente, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-Paraná, vinculada à Secretaria de Agricultura e dá outras providências.— **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Lei número 93/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma empresa pública, observada a legislação vigente, com a denominação de Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER — PARANÁ, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. A EMATER-PARANÁ terá sede e foro na Capital, podendo a critério da Diretoria Executiva, criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios nesta ou em qualquer outra localidade do Estado.

Art. 2o. — São objetivos da EMATER-PARANÁ:

I — Planejar, coordenar, executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, a prestação de assistência técnica para o aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal;

II — Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal;

III — Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

IV — Estabelecer e desenvolver relações de troca de serviços e informações técnicas com os demais órgãos da administração direta e indireta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola;

V — Promover estudos, pesquisas, análises, perícias e divulgações técnicas, objetivando fornecer subsídios para estabelecer ou reformular normas técnicas e operacionais relacionadas com suas atividades.

Art. 3o. — Para sua instituição e consecução de seus objetivos, atender-se-ão as disposições estatuídas nos artigos 3o., parágrafo único e 5o. da Lei Federal no. 6.126, de 06

de novembro de 1974, artigo 7o. do Decreto Federal no. 75373, de 14/02/75, e as normas aplicáveis da Lei Estadual no. 6.636, de 29/11/74.

Art. 4o. — O capital inicial da EMATER-PARANÁ será de Cr\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de cruzeiros), a ser integralizado até dezembro de 1978 mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais e incorporações de bens do Governo Estadual previamente avaliados.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá autorizar o aumento de capital da EMATER-PARANÁ mediante a incorporação de lucros, reservas, transferências orçamentárias e outros recursos, reavaliações e correção monetária do ativo e participação da administração indireta do Estado, da União e dos Municípios, assegurada sempre, a participação majoritária do Estado.

Art. 5o. — Constituição recursos da EMATER-PARANA:

I - As transferências consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

II - Os recursos provenientes de convênios, contratos e ajustes;

III - Os créditos abertos em favor;

IV - Os recursos de capital, inclusive os recursos de conversão, em espécie, de bens e direitos;

V - Os recursos de operações de crédito decorrentes de empréstimos e financiamentos;

VI - A renda de bens patrimoniais;

VII - As doações e legados que lhe forem feitos;

VIII - Recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados a promover o aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural;

IX - Recursos decorrentes da Lei específica;

X - Participação no resultado econômico apresentado em cada exercício financeiro, por Empresa de cujo capital o Estado detém maioria, de conformidade com o que fica estabelecido, em cada caso pelo Poder Executivo;

XI - Receitas operacionais;

XII - Outras receitas;

XIII - Auxílios e subvenções inclusive internacionais.

Art. 6o. — A EMATER-PARANÁ reger-se-á por esta Lei, pelo Estatuto a ser aprovado por decreto do Poder Executivo e, subsidiariamente pelas normas do direito aplicáveis.

Parágrafo único. Do Estatuto de que trata este artigo constará, além dos objetivos, do capital e dos recursos financeiros, na forma do disposto nesta Lei, a composição dos órgãos de administração e de fiscalização da EMATER-PARANA, as respectivas atribuições, as competências de seus dirigentes e demais condições legais pertinentes, em especial o seguinte:

I - A EMATER-PARANÁ será administrado por um Conselho de Administração, composto de 8 (oito) membros; uma Diretoria Executiva, composta de 3 (três) membros, e um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros, todos com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

II - Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos e vantagens não excederão, a qualquer título, ao fixado para os Secretários de Estado.

Art. 7o. — O Poder Executivo expedirá o Estatuto da EMATER-PARANA, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O Decreto que aprovar o Estatuto referido neste artigo, fixará a data de instalação da Empresa.

Art. 8o. — A EMATER-PARANA, além da prestação de contas, prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro, através do Secretário de Estado da Agricultura, ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias após o

encerramento do exercício.

Art. 9o. — A EMATER-PARANÁ fica autorizada a absorver o acervo físico, técnico e administrativo, bem como os saldos remanescentes da Associação de Crédito Rural do Paraná — ACARPA, assumindo em contrapartida todos seus encargos.

Parágrafo único. A absorção referida neste artigo, deverá ser previamente consentida pela Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA, conforme o seu Estatuto.

Art. 1o — A EMATER-PARANA gozará de isenção tributária.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da EMATER-PARANÁ será o da legislação trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no artigo 94, II, da Lei n.º 6636, de 29/11/74.

§ 1o. — Os salários do pessoal da EMATER-PARANÁ, acompanharão os níveis do mercado de trabalho, respeitada a legislação vigente.

§ 2o. — A EMATER-PARANA poderá utilizar funcionários postos à sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício do respectivo cargo, para todos os efeitos legais.

Art. 12 — Na aquisição ou alienação de bens, como na contratação de obras ou serviços de qualquer natureza, a EMATER-PARANÁ obedecerá as normas da legislação vigente da licitação.

Art. 13 — Os depósitos em dinheiro da EMATER-PARANÁ serão preferencialmente, efetuados em organizações bancárias oficiais.

Art. 14 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 97/77, que declara de utilidade pública o Lar "JAYME WATT LONGO", com sede e foro na cidade de Bela Vista do Paraíso.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 97/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o LAR JAYME WATT LONGO, com sede e foro na cidade de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 121/77, que denomina "PROFESSORA CÉLIA MORAES DE OLIVEIRA", a Unidade Escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei no. 121/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar PROFESSORA CÉLIA MORAES DE OLIVEIRA, a unidade escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 122/77, que

declara de utilidade pública a "FILARMÔNICA ANTONINENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Antonina.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei no. 122/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a FILARMÔNICA ANTONINENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Antonina.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 126/77, que declara de utilidade pública, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 126/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 309/77, Mensagem no. 111/77 — ex-Proposição no. 493/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de OURIZONA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Visconde de Mauá e a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução no. 309/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de junho de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ourizona, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Visconde de Mauá e a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 311/77, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 508/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 311/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de julho de 1977, entre o Governo do Estado



do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede do referido Município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 311/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de julho de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Terra Boa, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação Monteiro Lobato, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 329/77, Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 166/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro, da sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 329/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ponta Grossa, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 333/77, Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 291/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 333/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 344/77, Mensagem no. 73/77 — ex-Proposição no. 414/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento Econômico e Social — IPEA, com os objetivos que especifica.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 344/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de abril de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, objetivando a realização do I Simpósio sobre Metodologias de Prevenção e Classificação de Receitas, com a finalidade de colher subsídios para a melhoria de previsão de receitas.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 345/77, Mensagem 82/77, ex-Proposição 448/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de GUAIRACÁ, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local, mediante dotações e verbas que especifica.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 345/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Guairacá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 346/77, Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 455/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IMBITUVA, objetivando execução de reparos nos prédios de estabelecimentos de ensino localizados naquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 346/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Imbituva, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Alcides Munhoz, a Escola de Aplicação Dr. Franco Vale e as Casas Escolares de Barra Bonita, Barreiro e Restinga, localizados naquele município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 348/77, Mensagem no. 91/77, ex-Proposição no. 470/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARILUZ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

**APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 348/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Mariluz, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1977

Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução no. 349/77, Mensagem no. 90/77, ex-Proposição no. 471/77 — aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de ARARUNA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Resolução número 349/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de junho de 1.977, ao Convênio celebrado em 20 de abril de 1.977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Del Ciel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por sete membros, para no prazo de 90 dias, apurar denúncias relacionadas com o Instituto de Previdência do Estado.— **RECEBIDO.** "Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins."

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 118/77.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Finanças, consubstanciado em pedido de informações, sobre quais os instrumentos legais que estabelecem e disciplinam o inter-relacionamento havido entre o fisco e contribuinte, e o que determinam.— **APROVADO.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) A Presidência atende.

Em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**).

9 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, inclusive para discussão da matéria e, posteriormente, para a continuidade da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental,

com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 136/75, 63/76 e 100/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 110/77, 151/77 e 155/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 118/77 e de Resolução 372/77; marcando ainda, uma sessão extraordinária para terça-feira, dia 29, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77.

Levanta-se a sessão.

**PORTARIAS:**

**PORTARIA NÚMERO 788/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10970, de 04 de novembro de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar à funcionária GENY SAMPAIO CAMARGO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços ao Deputado Antônio Facci, no período compreendido entre 13 de outubro a 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 789/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

alterar a Portaria número 475/77, que passa a ter a seguinte redação:

designar o funcionário CASEMIRO MARQUES, matrícula número 529, para prestar serviços de motorista, no Departamento Administrativo, a partir de 01 de maio de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 790/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10849, de 03 de novembro, de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para 1o. de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário LUIZ ANTÔNIO CARON, matrícula no. 301, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 791/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10811, de 1o. de novembro de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para 01 de dezembro de 1.977, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, ao funcionário PLÁCIDO CORDEIRO



DE PAULA; matrícula no. 254, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 792/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10967, de 04 de novembro de 1.977, deste Poder.

R E S O L V E:  
conceder à funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula número 106, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.976, a partir de 16 de novembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 793/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10708, de 27 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA – Mat. 494

JURACY JOSÉ SOMMAVILLA – Mat. 351

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 794/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10846, de 03 de novembro de 1.977,

deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário ALCIDES ZONATTO, matrícula número 526, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977

PORTARIA NÚMERO 795/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10689, de 26 de outubro, de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, da funcionária MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula número 175, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 796/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10692, de 26 de outubro de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder à funcionária NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula número 343, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.977, a partir de 01 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de novembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.